



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reparo de um terminal de atendimento do sistema de telefonia da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES, compreendendo a substituição do monofone e do circuito de áudio, com fornecimento das peças necessárias e realização dos testes de funcionamento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de reparo de um terminal de atendimento do sistema de telefonia da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES, compreendendo a substituição do monofone e do circuito de áudio, visando restabelecer o pleno funcionamento do equipamento.

2.2. A necessidade decorre da constatação de falha no terminal de atendimento, comprometendo a comunicação interna e externa da Câmara Municipal e, conseqüentemente, a eficiência das atividades administrativas e do atendimento ao público. A manutenção corretiva mostra-se mais vantajosa para a Administração do que a substituição integral do equipamento, por representar menor custo e possibilitar o aproveitamento do bem já existente.

2.3. Em razão do reduzido valor estimado da contratação, a despesa enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação por baixo valor, prevista no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que observado o limite legal vigente, bem como os demais requisitos estabelecidos na legislação aplicável.

2.4. A contratação visa, portanto, assegurar a continuidade dos serviços públicos, evitar interrupções nas atividades legislativas e garantir condições adequadas de funcionamento dos equipamentos utilizados na Câmara Municipal de Muniz Freire.

3. MODALIDADE

3.1. Considerando as especificidades do objeto e de acordo com o disposto no Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, a modalidade de licitação indicada para este caso é a **dispensa de licitação**.

3.2. Conforme o Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, a dispensa de licitação é cabível para contratação de serviços e compras que envolvam valores inferiores a R\$ 65.492,11.

3.3. Esta modalidade se mostra adequada para a prestação de serviços de chaveiro, tendo em vista



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

a quantidade e valor dos objetos.

3.4. Por outro lado, é importante ressaltar que o procedimento de dispensa de licitação deve observar os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, garantindo a transparência e a legalidade do processo de contratação.

4. DESCRIÇÃO

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE
01	Prestação de serviços de manutenção corretiva em terminal de atendimento do sistema de telefonia da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES, compreendendo o diagnóstico do defeito, substituição do monofone e do circuito de áudio, fornecimento de todas as peças, componentes, materiais e mão de obra necessários à execução do serviço, realização de testes de funcionamento e entrega do equipamento em perfeitas condições de uso.	serviço	01

5. PREÇO

5.1. A definição do preço para a prestação de serviços de visita técnica de avaliação será embasada em pesquisa de mercado, levando em consideração os valores praticados por empresas especializadas na prestação desse tipo de serviço, em observância ao princípio da economicidade. A contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação, desde que respeitados os limites legais vigentes.

5.2. O fornecedor selecionado deverá apresentar orçamento detalhado, discriminando os custos do serviço, devendo as propostas conter:

- a) Nome empresarial, número do CNPJ, inscrição estadual (quando aplicável), endereço e telefone da empresa proponente;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão;
- c) Descrição detalhada dos serviços a serem prestados, com indicação do valor unitário e total.

5.3. A contratação poderá ser precedida de coleta de propostas junto a fornecedores do ramo, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A análise das propostas observará os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, garantindo que o preço contratado esteja compatível com os valores de mercado e represente a melhor relação custo-benefício para a Câmara Municipal de Muniz Freire.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas previstas para a execução deste objeto obedecerão a distribuição, por exercício financeiro, e correrão à conta do Orçamento próprio da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES, sendo esta devidamente informada no bojo do processo pela responsável do Departamento Contábil da CMMF/ES da existência de dotação orçamentária e disponibilidade/programação financeira na ocasião da efetiva aquisição por meio de Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

7. GARANTIA, VALIDADE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços executados e para as peças substituídas, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis.

7.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por corrigir, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, eventuais defeitos decorrentes da execução dos serviços ou das peças fornecidas, realizando os reparos ou substituições que se fizerem necessários.

7.3. Caso seja constatado que o defeito decorre de falha na prestação dos serviços ou de vício nas peças substituídas, a CONTRATADA deverá promover o atendimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da CONTRATANTE.

7.4. As peças utilizadas no reparo deverão ser novas, compatíveis com o equipamento, de qualidade equivalente ou superior às originais e possuir garantia do fabricante, quando aplicável.

7.5. Antes da conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar testes de funcionamento do terminal, verificando, no mínimo, a qualidade do áudio de transmissão e recepção, o perfeito funcionamento do monofone e a comunicação com o sistema de telefonia da Câmara Municipal.

7.6. O recebimento definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados e das peças fornecidas durante o período de garantia.

7.7. Não se enquadram na garantia os defeitos decorrentes de mau uso, quedas, acidentes, intervenções realizadas por terceiros não autorizados ou quaisquer danos provocados por causas externas após o recebimento definitivo do objeto.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

8. CONDIÇÕES GERAIS E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O **prazo de execução do objeto será IMEDIATO**, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou convocação da Presidência da Câmara Municipal, prorrogável por igual período, a critério da Câmara/Contratante.

8.2. Local, prazo e horário para execução dos serviços.

8.2.1. A entrega deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Muniz Freire - Rua João Ivo Aguiar - 202 - Centro - Muniz Freire/ES, em dias úteis, de 12 às 18h, devendo ter seu dia e horário previamente agendado com a Câmara Municipal.

8.2.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma imediata, conforme a necessidade da Câmara Municipal, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço.

8.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser refeitos no prazo estabelecido pela Administração, a contar da notificação, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. A execução do objeto compreende a realização de diagnóstico técnico, identificação das falhas e execução dos reparos necessários para o pleno funcionamento da central de atendimento.

8.4. Após abertura de chamado técnico, por meio de contato informado pela contratada, o prazo para atendimento inicial será de até 02 (duas) horas, com o comparecimento de técnico ao local para verificação do problema. Caso seja necessária a retirada do equipamento para reparos que não possam ser realizados in loco, o prazo para devolução será de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da retirada.

8.5. Os serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou que não atendam aos padrões de qualidade exigidos serão recusados, ficando a contratada obrigada a realizar as devidas correções no prazo estabelecido pela Administração.

8.6. O servidor designado para acompanhamento da execução poderá solicitar a correção ou refazimento dos serviços, caso verifique inadequações, falhas ou inconformidades com o objeto contratado.

9. PAGAMENTO



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

9.1. O pagamento será realizado ao final da integral execução/entrega da AF, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

9.2. A nota fiscal deverá ser a **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, em atendimento ao **Protocolo ICMS nº 42/2009 – CONFAZ e Lei Municipal nº 2.549/2018**.

9.3. Excetuam-se dos casos citados no item anterior aqueles em que a legislação permita a emissão da nota fiscal que não seja eletrônica, nos termos da legislação vigente.

9.4. A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CPF/CNPJ e Nome/Razão Social apresentados na cotação de preços/proposta de preços. A Nota Fiscal não poderá conter emendas ou rasuras.

9.5. Juntamente com a nota fiscal deverão ser apresentados, no mínimo, os documentos correspondentes a regularidade fiscal (CND - Certidão Negativa de Débitos) correspondente a:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB);

II - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Estado Sede da empresa);

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Município Sede da empresa);

IV - Prova de regularidade relativa ao FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF); e

V - Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

9.6. A nota fiscal e documentos de regularidade fiscal deverão ser protocolados no setor de Protocolo da Câmara. Excetuam-se os casos em que os documentos forem enviados via e-mail para o Departamento de Compras, independentemente da forma de envio, e os prazos só começarão a fluir a partir da data de protocolo.

9.7. Os documentos referentes a nota fiscal e a regularidade fiscal serão conferidos no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar de seu recebimento, podendo ser prorrogado por igual período.

9.8. Ocorrendo erros na apresentação das notas fiscais e/ou regularidade fiscal, as mesmas serão devolvidas à empresa para correção, e esta deverá apresentar o documento corrigido no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da sua devolução.

9.9. Uma vez devolvida e corrigido o erro, o procedimento e prazos de reapresentação da Nota Fiscal e documentos seguirá o mesmo padrão inicial, inclusive no que tange a nova conferência.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

9.10. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados: a) da data de recebimento da Nota Fiscal, quando esta estiver correta; ou b) da data da reapresentação da Nota Fiscal corrigida, se a mesma tiver sido apresentada com erros.

9.11. O pagamento será efetuado pelo setor pertinente, creditado em favor da empresa, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada pela empresa, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura, junto ao Setor responsável e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido pelo fiscal do contrato formalmente designado e documentos comprobatórios de regularidade fiscal da empresa.

9.12. Deverão estar incluídos no preço todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, contribuições, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

9.13. O atraso no pagamento não ensejará direito ao recebimento de juros, mora, multa ou atualizações monetárias de qualquer natureza.

9.14. No ato de retirada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço, a empresa deverá fornecer os dados bancários.

9.15. Nenhum pagamento será efetuado a empresa enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência.

9.16. O ISSQN se devido será recolhido na forma do Código Tributário Municipal vigente, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da empresa.

9.17. A Câmara poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela empresa, em decorrência de inadimplementos.

9.18. A Câmara poderá deduzir/reter do respectivo pagamento os impostos e taxas que por ventura houver em detrimento de legislação cabível.

9.19. No caso da empresa ser Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) e a mesma for comprovadamente optante pelo Simples, estará a empresa dispensadas da retenção dos impostos devidos e correlatos ao objeto contratado.

9.20. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão; d) o período de prestação dos serviços; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22. Antes de cada pagamento à empresa, será realizada consulta ao TCU - Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br) para verificar a situação atualizada da empresa (Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica). Constatando-se a situação de irregularidade da empresa será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara.

9.23. O mesmo se aplica se for constatada alguma irregularidade fiscal, sanções administrativas ou similares. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara deverá sobrestar o pagamento ou realizar pagamento via depósito judicial. Persistindo a irregularidade, a Câmara deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual ou da ARP nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à empresa a ampla defesa.

9.24. No que concerne, ainda, ao pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento (acima de quarenta e cinco dias), desde que a empresa não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

9.24.1. Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

I = Índice de compensação financeira, sendo este de 0,000164381.

10. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do presente Contrato, efetuando o pagamento à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas;
- b) Disponibilizar o equipamento objeto do reparo, bem como permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências da Câmara Municipal, quando necessário à execução dos serviços;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários para a adequada execução do objeto contratado;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas;
- e) Receber e atestar os serviços efetivamente executados, desde que atendidas as especificações constantes neste Termo de Referência;
- f) Comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência de defeitos ou falhas constatadas durante o período de garantia.

10.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de reparo do terminal de atendimento do sistema de telefonia, compreendendo a substituição do monofone e do circuito de áudio, com fornecimento das peças necessárias, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- b) Utilizar peças novas, compatíveis com o equipamento e de qualidade equivalente ou superior às originais;
- c) Executar os serviços com observância das normas técnicas aplicáveis e das boas práticas de manutenção de equipamentos de telefonia;
- d) Concluir os serviços dentro do prazo estabelecido, realizando todos os testes necessários para comprovar o perfeito funcionamento do equipamento antes da entrega;
- e) Apresentar a Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados e às peças fornecidas, contendo a descrição detalhada do objeto executado;



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

f) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e pelas peças fornecidas durante o período de garantia;

g) Corrigir, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer defeitos decorrentes da execução dos serviços ou das peças substituídas, durante o período de garantia;

h) Observar a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e demais normas aplicáveis, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes da execução contratual, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos durante a execução dos serviços;

j) Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

k) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;

l) Substituir, às suas expensas, as peças que apresentarem defeitos de fabricação ou de instalação durante o período de garantia;

m) Zelar pela integridade do equipamento e dos demais bens da CONTRATANTE durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por quaisquer danos causados;

n) Manter sigilo sobre informações, dados e configurações do sistema de telefonia da Câmara Municipal a que tiver acesso em razão da execução contratual;

o) Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11. PENALIDADES E SANÇÕES

11.1. O Fornecedor deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do Objeto, sujeitando-se às penalidades constantes da Lei 14.133/21.

11.2. O Fornecedor poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do Objeto;

II - dar causa à inexecução parcial do Objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- III - dar causa à inexecução total do Objeto;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o processo;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não entregar a documentação exigida para o processo, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o mesmo;
- IX - praticar ato fraudulento na execução do Objeto;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Pelas infrações administrativas poderão ser aplicadas ao Fornecedor as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Inciso I da Cláusula 11.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

11.6. A multa será aplicada sobre o valor total do Objeto, observando-se as normas a seguir elencadas.

I - 0,5% (cinco décimos por cento), por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o Objeto não for entregue/realizado quando o Fornecedor, sem justa causa:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto sem motivo justificado;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o pagamento;

II - 2% (dois por cento) nos casos em que o Fornecedor:

- a) dar causa à inexecução parcial do Objeto;

III - 10% (dez por cento) nos casos em que o Fornecedor:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução parcial do Objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Objeto;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - 20% (vinte por cento) nos casos em que o Fornecedor:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante a execução do Objeto;
- b) praticar ato fraudulento na execução do Objeto;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da aquisição/contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada o Fornecedor pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da Cláusula 11.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Muniz Freire, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao Fornecedor pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da Cláusula 11.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** da referida Cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.3, IV, e impedirá o Fornecedor de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de Prefeito Municipal, ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativos, no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Muniz Freire.

11.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da Cláusula 11.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

11.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.12. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal.

11.13. Na aplicação da sanção prevista no inciso II da Cláusula 11.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.14. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV na Cláusula 11.3 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a o para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

11.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.18. A aplicação da multa não impede que a Câmara Municipal rescinda unilateralmente o Objeto pelos motivos elencados neste Termo ou na legislação em vigor.

11.18. Os valores das multas por ventura aplicadas serão descontados, após encerrada a etapa do contraditório e ampla defesa, dos pagamentos eventualmente devidos pela Câmara Municipal.

11.19. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Câmara Municipal após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

11.20. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

12. ALTERAÇÕES

12.1. O Objeto poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- I - Unilateralmente pela Câmara Municipal:
 - a) quando necessária a modificação do Objeto em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu Objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/21 e suas alterações.
- II - por acordo das partes:
 - a) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

12.2. Em havendo alteração unilateral do Objeto que aumente os encargos do Fornecedor, a Câmara Municipal restabelecerá por aditamento o valor acordado.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

12.3. O Fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite estabelecido na Lei nº 11.143/21.

12.4. Se durante a execução do Objeto surgir a necessidade de acréscimo na quantidade de itens já existentes, esses serão calculados de acordo com o preço ofertado no processo.

13. RESCISÃO/CANCELAMENTO

13.1. A inexecução total ou parcial do Objeto poderá ensejar o seu cancelamento, com as consequências previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

13.2. Constituem, dentre outros, motivos para rescisão do Objeto:

- a) o não cumprimento do Objeto, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular do Objeto, especificações ou prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da realização dos serviços ou do fornecimento dos materiais, de acordo com as exigências e nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado na realização dos serviços ou entrega dos materiais, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) o atraso injustificado na entrega do Objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) a subcontratação total do seu Objeto, a associação do Fornecedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no processo;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- i) a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Câmara Municipal, prejudique a execução do Objeto;
- l) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado à Câmara Municipal e exarado no processo administrativo;
- m) a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Objeto além do limite permitido na legislação;
- n) a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Objeto;



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- o) outros casos permitidos pela legislação.

13.2.1. A decisão da autoridade competente, relativa a rescisão do Objeto, deverá ser precedida de justificativa fundamentada.

13.4. O cancelamento do Objeto poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e estrito da Câmara Municipal, nos casos enumerados neste Termo;
- b) Amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

13.4.1. O cancelamento administrativo ou amigável será fundamentado e dar-se-á por ato do Presidente da Câmara Municipal de Muniz Freire/ES, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14. FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização do Objeto será exercida pela Câmara Municipal na forma que lhe convier, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

14.2. A atuação ou eventual omissão da fiscalização por parte da Câmara Municipal não poderá ser invocada para eximir o Fornecedor da responsabilidade pela execução do Objeto.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O Fornecedor é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da entrega do Objeto.

15.2. A inadimplência do Fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere para a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o Objeto.

15.3. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no processo, deverá ser comunicado à Câmara Municipal, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

15.4. Fazem parte integrante do presente processo todos os documentos, itens e instruções que compõe o mesmo, completando-o para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

15.5. A classificação dos fornecedores levará em consideração o menor preço global referente a todos os itens, em conjunto.

15.6. Este processo será regido pela Lei Federal 14.133/21.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

15.7. Este termo de referência tem como objetivo orientar o processo de contratação e não exaure todas as condições que deverão ser contempladas no contrato a ser firmado entre as partes.

Lavínia Guimarães Poppe

Assessora de Aquisições

Resolução nº 041/2025